

LIBERATIONIS MYSTERIUM - O PROJETO SISTEMÁTICO DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO ANALISADO À LUZ DA *REGULA FIDEI*¹

Pe. Dr. Paulo Sérgio Lopes Gonçalves

A teologia da libertação foi campo de muitas investigações acadêmicas devido à sua novidade epistemológica e metódica, bem como, à recepção paradoxal que ela teve na Igreja e na sociedade. Por recepção paradoxal, entenda-se o fenômeno bipolar de acolhimento e de crítica a este complexo teológico desencadeado na década de 80. Tal recepção, associada à conjuntura mundial de crise de paradigmas e de exigências da busca de novos horizontes, provocou um movimento simultâneo de crise e de sua superação no interior da própria teologia da libertação. Assim sendo, os teólogos da libertação investiram na constituição de um projeto de teologia sistemática que mostra a teologia da libertação como um modo de fazer teologia e não como um tema teológico. Entretanto, não faltaram os questionamentos acerca da legitimidade fundamentada na *regula fidei* deste complexo teológico. Em termos interrogativos: qual é a novidade fundamental do complexo teológico libertador e que implicações práticas apresentam os seus conteúdos? Existem pontos que necessitam de maior precisão semântico-teológica? Que contribuições específicas, a teologia da libertação traz para o conjunto da teologia? A presente exposição sistemática pretende mostrar a relevância da teologia da libertação como projeto sistemático, as causas da escolha do período analisado, da bibliografia e do critério analítico, e os pressupostos do conteúdo e dos resultados conclusivos obtidos na pesquisa.

1. RELEVÂNCIA DA TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO

O tema da libertação no discurso teológico contemporâneo é importante para acentuar a revelação divina na história e a peregrinação do ser humano rumo ao Reino definitivo. A libertação atinge as dimensões coletiva e pessoal da existência humana e os níveis transcendente e imanente de Deus. Pela categoria *libertação*, a teologia reflete a presença de Deus nos movimentos

¹ P. S. L. GONÇALVES. *Liberationis Mysterium*. O projeto sistemático da teologia da libertação. Um estudo teológico na perspectiva da *regula fidei*, Roma 1997.

que promovem a vida dos pobres e concretizam a justiça na luta contra a opressão. Preocupa-se ainda em refletir sobre o homem livre, solidário, capaz de acolher a graça para derrotar o pecado².

A teologia da libertação busca refletir a libertação nestes termos totalizantes da existência humana e da revelação divina. A tomada da opção pelos pobres como eixo epistemológico que se articula com a fé, é demonstração de seu radical escopo: falar do Deus bom num mundo marcado pela opressão e morte prematura dos pobres. Tal escopo exige efetivar a ortopraxis teológica, resultado da articulação entre fé e práxis histórica. A articulação da ortopraxis na teologia da libertação foi efetivada gradual e processualmente através das necessidades históricas do continente latino-americano e dos apelos da tradição teológico-ecclesial³.

A teologia da libertação possui uma história dividida em duas partes. A primeira compreende os momentos de gestação, gênese e desenvolvimento. A segunda, os momentos de consolidação, revisão e ampliação de horizontes. Na primeira parte, a teologia da libertação mostrou-se, prioritariamente, como uma teologia política latino-americana. Neste período, que compreende as décadas de 60 e 70, foram desenvolvidos fundamentalmente os tratados eclesiológico e cristológico. Ambos os tratados estavam respaldados na opção pelos pobres como referencial para produzir teologia. Tal originalidade implica, descartar a idéia de uma teologia pura e investir no campo do diálogo com as ciências humanas, especialmente as ciências sociais. Formulou-se um método teológico constituído das mediações sócio-analítica, hermenêutica e teórico-prática. Nesta inovação metodológica, utilizou-se o marxismo para a compreensão do mecanismo sistêmico que gera a opressão dos pobres. A aplicação deste método consolidou algumas premissas fundamentais da teologia da libertação: a força histórica dos pobres, a emergência das comunidades eclesiais de base como novo modo de ser Igreja, a necessidade da releitura da bíblia e da tradição a partir dos pobres, a efetivação de uma espiritualidade emergente da contem-

² Felix A. PASTOR. *Ortopraxis y ortodoxia. El debate teológico sobre Iglesia y liberación en la perspectiva del Magisterio eclesial*, *Gregorianum* 70 (1989) 689-739; Idem, *Libertação & solidariedade. Considerações teológicas sobre o futuro da opção pelos pobres*, in: Maria Clara L. BINGEMER e F. IVERN. ed., *Doutrina social da Igreja e teologia da libertação*, São Paulo 1994, 275-295.

³ Gustavo GUTIÉRREZ. *La verdad os hará libres*, Salamanca 1990, 73-76; J. NOEMI. *Rasgos de un teología latinoamericana*, in: Gustavo GUTIÉRREZ et alii. *El futuro de la reflexión teológica en América Latina*, Santafé de Bogotá 1996, 62-68; J. SOBRINO. *El principio misericordia*, Santander 1992, 48-65.

plação na práxis histórica libertadora, a convivência com a realidade do martírio em ato e em potência, e a radicalização de uma evangelização libertadora que incida socialmente na existência humana⁴.

A segunda parte da história da teologia da libertação compreende os anos 80 e 90. É marcada pela consolidação dos pontos precedentes, pela revisão e ampliação de horizontes. Neste período, a teologia da libertação foi também recepcionada paradoxalmente pelo magistério eclesiástico, recebendo críticas e reconhecimento de sua relevância para a realização do *dialogo salutis*. Tal recepção está fundamentalmente presente nas Instruções *Libertatis Nuntius* e *Libertatis Conscientia* da Congregação para a Doutrina da Fé. A primeira Instrução criticou o uso do marxismo em algumas formulações da teologia da libertação, as quais trariam alguns desvios à fé, provenientes do mau uso de uma doutrina caracteristicamente atéia e materialista. A segunda Instrução ressaltou a relevância da articulação entre libertação e liberdade e lançou a doutrina social da Igreja como instrumento relevante e imprescindível para a reflexão teológica da libertação. As referidas Instruções fizeram os teólogos da libertação tomarem o caminho de radicalização deste complexo teológico. A partir deste momento, iniciou-se um processo de maior produção teológica na tentativa de efetivar um projeto sistemático de teologia da libertação. Evidenciou-se o uso do marxismo como uma ciência humanista que auxilia a teologia na compreensão da realidade histórica, especialmente em relação aos mecanismos de opressão dos pobres. Enveredou-se por tratados teológicos ainda não desenvolvidos: a teologia trinitária, a pneumatologia e a teologia do martírio. Com a crise do socialismo – o qual era uma espécie de paradigma político para a teologia da libertação – os pontos cruciais desta teologia passaram a ser revisados. Sem perder os pobres como eixo epistemológico articulado com a fé, iniciou-se um processo de ampliação dos horizontes que desemboca na formulação de um discurso libertador integral que conjuga justiça social com a conversão, a nova criação com o homem novo⁵.

⁴ B. CHENU. *Théologies des tiers mondes: latino-américaine, noire-américaine, noire sud-africaine, africaine, asiatique*, Paris 1987, 18-28; J. B. LIBÂNIO. *Panorama da teologia da América Latina nos últimos vinte anos*, in: A. ANTONIAZZI e J. B. LIBÂNIO. Petrópolis 1994, 12-17; ⁵ F. MCGOVERN. *Liberation Theology and Its Critics Toward an Assessment*, Maryknoll, New York 1994, 1-7; R. OLIVEROS. *Historia de la teología de la liberación*, MysL I, 30-43.

⁵ B. CHENU. *Théologies des tiers mondes*, 28-32; J. B. LIBÂNIO. *Panorama da teologia da América Latina nos últimos vinte anos*, 17-24; R. OLIVEROS. *Historia de la teología de la liberación*, 43-48.

2. OBJETOS FORMAL E MATERIAL, CRITÉRIO ANALÍTICO

A associação entre as críticas à teologia da libertação no que se refere à crise de seu paradigma político principal – o socialismo – e a sua ampliação de horizontes, não seriam sinais de que este complexo teológico teria chegado ao fim, não possuindo total legitimidade teológica? Esta pergunta é a regente motivacional do presente trabalho. Respondê-la, implicava entrar no sistema teológico da libertação, analisá-lo dogmática e fundamentalmente a partir de critérios plausíveis a todo discurso teológico. Tornava-se necessário considerar os elementos relevantes subjacentes no desenvolvimento da pesquisa. Em primeiro lugar, era necessário estabelecer o limite da literatura a ser utilizada. Apurou-se a existência de 18 obras que, juntas, abarcam os campos da epistemologia teológica, do Deus da revelação e da eclesiologia⁶. Nenhuma

⁶ P. F. C. ANDRADE. **Fé e eficácia. O uso da sociologia na teologia da libertação**, São Paulo 1991; A. GARCIA RUBIO. **Teologia da libertação. Política ou profetismo**, São Paulo 1977; ° MARSON. **Vangelo, Chiesa e liberazione**. Dibattito sulla teologia latino-americana, Pordenone 1992; Jung Mo SUNG. **Teologia & economia**. Repensando a teologia da libertação e utopias, Petrópolis 1994; A. MURAD. **Este cristianismo inquieto**. A fé cristã encarnada em J.L. Segundo, São Paulo 1994; J. A. RUIZ DE GOPEGUI. **Conhecimento de Deus e evangelização**. Estudo teológico-pastoral em face da prática evangelizadora na América Latina, São Paulo 1977; V. FELLER. **O Deus da revelação**. A dialética entre revelação e libertação na teologia latino-americana. Da *Evangelii Nuntiandi* à *Libertatis Conscientia*, São Paulo 1988; F. L. C. TEIXEIRA. **A gênese das Comunidades Eclesiais de Base no Brasil**. Elementos explicativos, São Paulo 1988; Idem, **A fé na vida**. Um estudo teológico-pastoral sobre a experiência das Comunidades Eclesiais de Base no Brasil, São Paulo 1987; Idem, **As Comunidades Eclesiais de Base**. Bases teológicas, Petrópolis 1988; A. J. ALMEIDA. **Teologia dos ministérios não-ordenados na América Latina**, São Paulo 1989; Idem, **Os ministérios não-ordenados na América Latina**, São Paulo 1989; A. PISO. **Igreja e sacramentos**. Renovação da teologia sacramentária na América Latina, Roma 1995; F. A. NIÑO SÚA. **La Iglesia en la ciudad. El fenómeno de las grandes ciudades en América Latina, como problema teológico y como desafio pastoral**, Roma 1996; A. A. MELO. **A evangelização no Brasil**. Dimensões teológicas e desafios pastorais: o debate teológico e eclesial (1952-1995), Roma 1996; Pedro Carlos CIPOLINI. **Sacramento de salvação integral**. A teologia da Igreja dos Pobres na América Latina (1980-1990), Roma 1992, E. C. CONTRERAS VILLARROEL. **La realidad del pecado y la misión de la Iglesia**. Un estudio en los documentos doctrinales y pastorales de la Conferência de Chile (1962-1990), Roma 1995; J. G. PIEPKKE. **Die Kirche auf dem Weg zum Menschen: Die Volk-Gottes – Ekklesiologie in der Kirche Brasiliens**, Immensee 1985; J. COSTADOAT CARRASCO. **El Dios de la vida**. El “discurso sobre Dios” en América Latina: investigación sobre algunas obras principales de G. Gutiérrez, R. Muñoz, J. Sobrino e J.L. Segundo, Roma 1993.

das pesquisas elencadas abordou a literatura que abarca as novas investidas da teologia da libertação. Todas se fixam na literatura da primeira parte da história da teologia da libertação e na segunda parte até o período da consolidação. São pesquisas que omitem uma avaliação da teologia da libertação como projeto sistemático.

Em segundo lugar, o alcance do âmago da motivação inicial da pesquisa, deveria considerar a bibliografia produzida na segunda parte da história da teologia da libertação. A Instrução *Libertatis Nuntius* lançada em 1984, proporcionou um novo ritmo na produção teológica da libertação. A partir de então, seria possível encontrar um projeto sistemático de teologia libertadora. A coleção “Teologia e Libertação”, cuja produção iniciou-se em 1985, pretendia ser um projeto de teologia sistemática em perspectiva libertadora. De acordo com documentos escritos pelo grupo editorial, o projeto era produzir 53 volumes que abarcaria as áreas da epistemologia teológica, da revelação, da Cristologia, da pneumatologia, da teologia trinitária, da teologia da graça, da ética e moral, da eclesiologia, da espiritualidade e da teologia pastoral. Apesar do apoio de 117 bispos latino-americanos, o projeto de realizar a coleção em 5 anos não foi concretizado. Devido a diversos problemas, entre os quais, algumas polêmicas com a Congregação para a Doutrina da Fé, publicaram-se, apenas, 27 livros até 1994⁷. Assim sendo, a coleção não abarca a totalidade de seu projeto de teologia sistemática. Para superar esta dificuldade, J. Sobrino e I. Ellacuría organizaram a obra *Mysterium Liberationis* em dois volumes, constituídos de 47 artigos escritos por autores envolvidos na coleção “Teologia e Libertação”. A obra contém as mesmas áreas da referida coleção. O contexto da obra está marcado por dois limites práticos: a distância geográfica existente entre os organizadores e os autores dos artigos, e os assassinatos de seis jesuítas, inclusive Ignacio Ellacuría, e das duas empregadas domésticas, na residência do Centro “Monsenhor Romero” da Universidade Centro-Americana “José Siméon Cañas” de San Salvador⁸.

Para que a pesquisa tivesse como base uma bibliografia precisa que expressasse a teologia da libertação como uma teologia sistemática e representasse a bibliografia do período escolhido, tomou-se a *Mysterium Liberationis* e as obras da coleção “Teologia e Libertação” referentes aos tratados teológicos abordados, como fontes do trabalho realizado. Foram feitas cinco exce-

⁷ CONSELHO EDITORIAL. **Projeto Teologia & Libertação** (Pro manuscripto), s.d..

⁸ I. ELLACURÍA E J. SOBRINO. **Mysterium Liberationis**. Conceptos fundamentales de la teología de la liberación, I-II, Madrid 1990.

ções nesta dinâmica: as obras sobre economia e teologia⁹, sobre a teologia indígena¹⁰ e sobre a teologia da terra¹¹ explicitam vertentes que não estão contempladas na *Mysterium Liberationis*. Os trabalhos *Ecologia e Nova Era*¹² pertencem à coleção "Fé e Libertação", mas denotam uma das grandes novidades da teologia da libertação atualmente: elaborar a reflexão sobre a ecologia a partir dos pobres como referencial epistemológico.

A proposta de efetuar um trabalho avaliativo defrontou-se com a questão da utilização do referencial analítico. Considerando que todo sistema teológico deve estar imbuído de verdades da fé, optou-se por tomar a *regula fidei* como referencial fundamental de análise. Compreende-se a *regula fidei* como a regra que permite professar a fé no Deus criador de todas as coisas, no Filho redentor e salvador de todos os homens, no Espírito transformador e santificador de toda a criação e na Igreja una, santa, católica e apostólica presente no mundo para ser sacramento de salvação universal¹³. A partir do critério referencial-analítico e do objeto formal-material da pesquisa, tem-se o objetivo da pesquisa: analisar a teologia da libertação à luz da *regula fidei*, verificando os seus pontos de legitimidade e as suas possíveis lacunas. Assim, de um lado, constata-se a consolidação da teologia da libertação como projeto sistemático, nascido em um contexto de opressão e libertação, mas que adquiriu universalidade teórica, inserindo-se no conjunto das teologias atuais e da tradição teológico-eclesial. Por outro lado, está o elemento verificador de uma reflexão teológica que proclama a fé transmitida e professada pela Igreja ao longo dos tempos.

3. PRESSUPOSTOS

Em primeiro lugar, o conceito de teologia da libertação. Esta é um saber crítico da fé articulado com a práxis histórica de libertação dos oprimidos. Os pobres como lugar teológico e a história como categoria relevante para a produção teológica, constituem os elementos fundamentais para a elaboração

⁹ H. ASSMANN e F. HINKELAMMERT. *A idolatria do mercado*. Ensaio sobre economia e teologia, São Paulo 1989.

¹⁰ M. M. MARZAL et alii, *O rosto índio de Deus*, Vozes, São Paulo 1989.

¹¹ M. B. SOUZA e J. L. CARAVIAS. *Teologia da terra*, Vozes, Petrópolis 1988.

¹² Leonardo BOFF. *Ecologia, mundialização, espiritualidade*, Ática, São Paulo, 1993; Idem, *Nova Era. A civilização planetária*, Ática, São Paulo 1994.

¹³ J. WICKS. *Regula fidei*, R. LATOURELLE e R. FISICHELLA. *Dizionario di Teologia Fondamentale*, Cittadella, Assisi 1990.

do método teológico libertador. Este é constituído das mediações sócio-analítica para analisar rigorosamente a realidade histórica, hermenêutica para julgá-la à luz da palavra de Deus, da tradição teológica e do magistério eclesial, e teórico-prática para fornecer elementos concretos a uma ação eficaz rumo à libertação. Dada à insuficiência das ciências sociais, especificamente do marxismo para abarcar a totalidade da categoria *pobres* nas formas de gênero e cultura, a teologia da libertação apropria-se da antropologia profunda e da antropologia cultural para a elaboração de uma teologia da libertação da mulher, do negro e do índio. Emergem também as mediações da economia e da cosmologia. Assim, elabora-se um discurso radical de contraposição à economia neoliberal geradora do sacrifício dos pobres, e um discurso ecológico que visa a construção da democracia cósmica. A utilização mais freqüente da doutrina social da Igreja na mediação sócio-analítica é sinal de reconhecimento dos limites do marxismo na referida mediação e de efetivação radical do dado da fé na compreensão dos apelos de Deus na história.

Em segundo lugar, os discursos sobre a Trindade - o Pai, Cristo e o Espírito - são consistentes aos desafios do mundo atual. Influenciadas pelas teologias de E. Schillebeckx, K. Rahner, J. Moltmann e Y. Congar, estas reflexões atingem o âmago da teologia da libertação: articular o mistério de Deus revelado na história a partir do contexto de vida e morte dos pobres. Elabora-se uma semântica libertadora do mistério, pela qual o Pai é revelado como o libertador dos oprimidos, o Filho é o Verbo encarnado que combateu o sistema de morte e promoveu a vida, morreu na cruz como vítima do sistema sacrificialista e por fidelidade ao Pai; o Espírito é a força de Deus agindo no mundo para a edificação da nova criação e do homem novo. Este Deus Trindade é Uno, mistério de comunhão e de amor, a ser testemunhado pelas suas criaturas. Não obstante a consistência destes tratados, dois pontos merecem maior aprofundamento. O primeiro refere-se à ambigüidade lingüística presente na teologia trinitária e na Cristologia da libertação na questão da *co-igualdade* entre as Pessoas divinas e no aspecto da plenitude do humano em Jesus. As pessoas divinas são da mesma substância, mas não constituem um Deus a-monárquico. Deus é uma monarquia paradoxal, mistério inefável de amor (Gn 33,19; Ex 3,6), revelado pelo Filho (Col 1,13-15; 1 Cor 15,28) e testemunhado pelo Espírito missionário que santifica a criação (Rm 8, 26-27; Jo 14,17). Também, a afirmação da plena humanidade de Jesus não pode trazer dúvidas sobre a sua divindade. Em alguns momentos, a cristologia da libertação não equilibra adequadamente a dialética entre a humanidade e a divindade de Jesus. Jesus é o Verbo encarnado de Deus, que viveu em tudo a sua humanidade, exceto no pecado, morreu na cruz para a remissão dos pecados e

ressuscitou dos mortos, gloriosamente, para a salvação da humanidade. Urge o desafio de criar uma linguagem teológica capaz de equilibrar, adequadamente, a imanência com a transcendência da revelação. O segundo ponto é referente à corporificação do Espírito em Maria de Nazaré, pela qual seria manifestada a feminilidade de Deus. Para a teologia da libertação, da mesma maneira que o Verbo de Deus encarnou-se em Jesus de Nazaré, o Espírito teria se corporificado em Maria. Esta hipótese teológica é isenta de plausibilidade. Maria é a mediadora da salvação, mas subordinada à mediação por excelência de Cristo. Também não é possível definir a feminilidade de Deus. Deus está além dos sexos. Dividir a Deus em masculino e feminino é racionalizar o seu mistério inefável e proporcionar com que o mistério deixe de ser mistério.

Em terceiro lugar, a eclesiologia da libertação apresenta a Igreja dos Pobres como sacramento de salvação que efetiva a libertação. Influenciado pelo Concílio Vaticano II, pela exortação apostólica *Evangelii Nuntiandi* e pelas conferências episcopais de Medellín e Puebla, este tratado assume a eclesiologia de comunhão radicalizada na figura do povo crucificado que efetiva a categoria *Povo de Deus*. A realização principal da Igreja dos Pobres está nas Comunidades Eclesiais de Base. Estas constituem uma realidade concreta de Povo de Deus pobre, em comunhão com os seus pastores e inseridas no movimento de libertação na luta contra a opressão. A Igreja dos Pobres realiza a comunhão eclesial, fomentando a solidariedade das outras Igrejas para com os pobres. A existência dos ministérios ordenados redimensionados na perspectiva dos pobres e dos ministérios não-ordenados, fazem da Igreja dos Pobres, uma Igreja toda ministerial, preocupada em efetivar o serviço do Reino através da concretização dos carismas - dons do Espírito - dados a cada um de seus membros. Os sacramentos aparecem na Igreja dos Pobres como símbolos proféticos do Reino que articulam a fé com a práxis histórica de libertação e com a festa dos pobres. A evangelização inculturada também está presente na dinâmica da Igreja dos Pobres. Trata-se de evangelizar a partir das matrizes culturais dos pobres, efetivando um diálogo franco e aberto entre o missionário e o povo a ser evangelizado. Ao realizar a sua missão sacramental, a Igreja dos Pobres é perseguida e constituída de mártires. O martírio é expressão maior de fidelidade ao Reino de Deus. A Mariologia coroa a eclesiologia da libertação. Maria é a companheira e mãe dos pobres, servidora do Reino. Um modelo que inspira a Igreja dos Pobres a ser a verdadeira Igreja de Jesus. Apesar de legítima, esta reflexão não está isenta de algumas tensões. A primeira denota a falta de clarividência na distinção entre Igreja dos Pobres e Comunidades Eclesiais de Base. A Igreja dos Pobres é um modo de

ser Igreja encarnada nas culturas, nos povos, comprometida com a promoção da vida de todos, especialmente dos pobres. As Comunidades Eclesiais de Base são o tecido social da Igreja dos Pobres que simbolizam a irrupção do pobre como produtor de vida, mas não abarcam a totalidade da Igreja dos Pobres. A segunda denota a falta de clareza na articulação entre corpo histórico de Cristo e corpo místico - categoria tomada da *Mysticis Corporis*. A falta de uma correta articulação proporciona equivar os ministérios ordenados com os não-ordenados, os sacramentais com os sacramentos e a cultura com a fé. Urge elaborar uma linguagem eclesiológica que explicita o acolhimento da Igreja aos *sinais dos tempos*, articulando dialeticamente as dimensões imanente e transcendente. Assim, distinguir-se-ão adequadamente os ministérios instituídos por Cristo dos de ramificação apostólica, clarificar-se-ão os sacramentais como imitação dos sacramentos e será melhor explicitada a transcendência da fé sobre a cultura. Apesar destas tensões, a Igreja dos Pobres pretende ser a verdadeira Igreja de Jesus que serve o Reino, efetuando um processo *kenótico* de encarnar-se no mundo dos Pobres e efetivar-se como a Igreja do “hoje” de Deus.

Em quarto lugar, a antropologia e a escatologia da libertação expressam a verdade sobre o homem e seu caminho para Deus. Para a perspectiva libertadora, a graça de Deus invade o ser humano, chamando-o para a realização de seu ser “Imagem e Semelhança de Deus”. Isto implica que o ser humano possui um *dever* de co-criador livre para expressar a sua essência e a sua realização como filho. O pecado está manifestado na “descriação”, oposição à criação e estrutura que gera a morte prematura dos pobres. O combate à “descriação”, o empenho pela democracia cósmica, construída a partir da *koinonia* social e do homem libertado de suas amarras existenciais, é sinal da emergência da nova criação. Neste sentido, são relevantes as virtudes teológicas - fé, esperança e caridade - que incidem eticamente na conduta do ser humano: a luta pela justiça e pela paz, a crítica à idolatria do mercado sacrificialista e a busca de uma sexualidade integrada, expressão da profundidade do amor humano. Este homem, chamado à liberdade, caminha para Deus. A iminência do Reino na vida, morte e ressurreição de Jesus, deu ao homem a esperança da vida nova. Por meio da liberdade, o homem age para encontrar-se definitivamente com Deus e participar de sua glória. Apoiando-se na concepção *rahneriana* de liberdade, a escatologia da libertação coloca ao homem a responsabilidade de agir em direção da salvação ou da perdição. A história é o campo para o homem exercer a sua liberdade, espelhando-se em Cristo, para participar ativamente da vida em Deus. Por isso, o purgatório como lugar pós-morte é totalmente descartável e o inferno

aparece como possibilidade a partir da recusa humana à salvação. Fora desta dinâmica, o inferno é também descartável. Por sua vez, o céu é uma promessa a ser realizada a partir da misericórdia divina e da ação humana em favor da graça. Não obstante a consistência de todas estas reflexões, dois problemas são notáveis. O primeiro é a idéia de descartabilidade do purgatório e do inferno a partir da história como referencial e como critério para o juízo divino. Não seria prematuro descartar estas "realidades" sem considerar profundamente a anterioridade do mal à própria ação humana? Não seria necessário aprofundar a doutrina do pecado original para refletir sobre o destino humano no pós-morte? Não estaria a escatologia da libertação maximalizando a liberdade humana na história? O segundo problema é a quase exclusividade dada à reflexão sobre a idolatria do mercado. Nas implicações éticas, não é apresentada a reflexão sobre o socialismo e nem a questão da liberdade. Será necessário efetuar esta reflexão para que não sejam deixadas margens para a absolutização de um outro sistema político.

4. CONCLUSÃO

Diante dos pressupostos, urge levantar os aspectos pertinentes ao conjunto do sistema teológico da libertação. Em primeiro lugar, na teologia da libertação existe uma paradoxalidade entre os tratados de Cristologia, Pneumatologia, Eclesiologia. O tratado da Pneumatologia apresenta nítida articulação com a Cristologia e com a Eclesiologia. O Espírito agiu na prática de Jesus, age nas obras da Igreja e conduz a humanidade ao Reino. Entretanto, a mesma articulação não está presente na Cristologia e na Eclesiologia. Os dois tratados carecem de uma explícita articulação pneumatológica. O uso preciso do dado do Espírito na Cristologia e na Eclesiologia dá maior consistência na articulação entre imanência e transcendência. Em segundo lugar, a semântica teológica libertadora é fruto da articulação entre fé e práxis histórica de libertação dos pobres. Pela categoria *pobres*, a teologia da libertação revela-se com um saber pertinente, aberto aos *sinais dos tempos* e incisivamente prático. Por meio deste complexo teológico, os pobres aparecem como lugar teológico, pelo qual se compreende melhor as fontes do conhecimento teológico. Entretanto, esta semântica não está isenta de tensões que desencadeiam na necessidade de dialogar com as mediações científicas sem perder o predomínio da fé, na isenção da bipolaridade ricos-pobres, opressores-oprimidos; bipolaridade que nem sempre se aproxima das categorias teológicas salvação-perdição, graça-pecado. Em terceiro lugar, a hermenêutica bíblica libertadora está presente em todo o sistema teológico da libertação. É uma hermenêutica que proporciona reler a Escritura e a Tradição à luz da comunidade crente e da práxis histórica

libertadora. Por isso, é uma hermenêutica vital que propicia uma redescoberta da *pedagogia divina* da revelação como algo útil à ação eficaz de humanização do homem. Em quarto lugar, a unidade dos tratados da teologia da libertação está baseada no Reino de Deus. Por meio do Reino, a teologia da libertação mostra-se como uma teologia integral, preocupada em refletir a libertação social dos pobres e a libertação de cada pessoa em Cristo. Ao assumir a centralidade do Reino de Deus, a teologia da libertação tem a oportunidade de não absolutizar nenhum sistema eclesiológico e nenhum sistema sócio-político. O Reino de Deus proporciona efetuar o equilíbrio semântico entre imanência e transcendência, entre libertação histórica e libertação soteriológica. Assim, efetua-se a articulação entre o *mysterium liberationis* e o *mysterium salutis*. Por último, a originalidade da dissertação situa-se na demonstração de que a teologia da libertação está inserida no conjunto das teologias deste século, cuja contribuição específica é a categoria *pobres* como referência epistemológica para produzir teologia. Além disso, a teologia da libertação é apresentada como um sistema teológico, imbuído de uma história que denota amadurecimento diante dos *sinais dos tempos*. Portanto, a dissertação desenvolve uma teologia da libertação crescida e aberta, um *intellectus fidei*¹⁴ concretizado como *intellectus iustitiae et misericordiae*¹⁵, um saber útil e necessário¹⁶ para o advento do novo céu e da nova terra (Ap 21.1) realizados a partir da vida dos pobres.

Pe. Paulo Sérgio Lopes Gonçalves é Mestre em Teologia Dogmática pela Pontifícia Faculdade de Teologia Nossa Senhora da Assunção, São Paulo, e Doutor em Teologia Sistemática pela Universidade Gregoriana, Roma. Endereço do autor: Rua Cônego Cipriano de Oliveira, 305, Jd. Montezuma, Limeira, SP.

¹⁴ Felix, PASTOR. *El discurso del método en Teología*, *Gregorianum* 76 (1995) 69-94.

¹⁵ J. SOBRINO. *El principio misericordia*, 65-75, J. J. TAMAYO. *Presente y futuro de la teología de la liberación*, Madrid 1994, 91-92.

¹⁶ JOÃO PAULO II, *Carta à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil*, 5.